

Vocação Pública

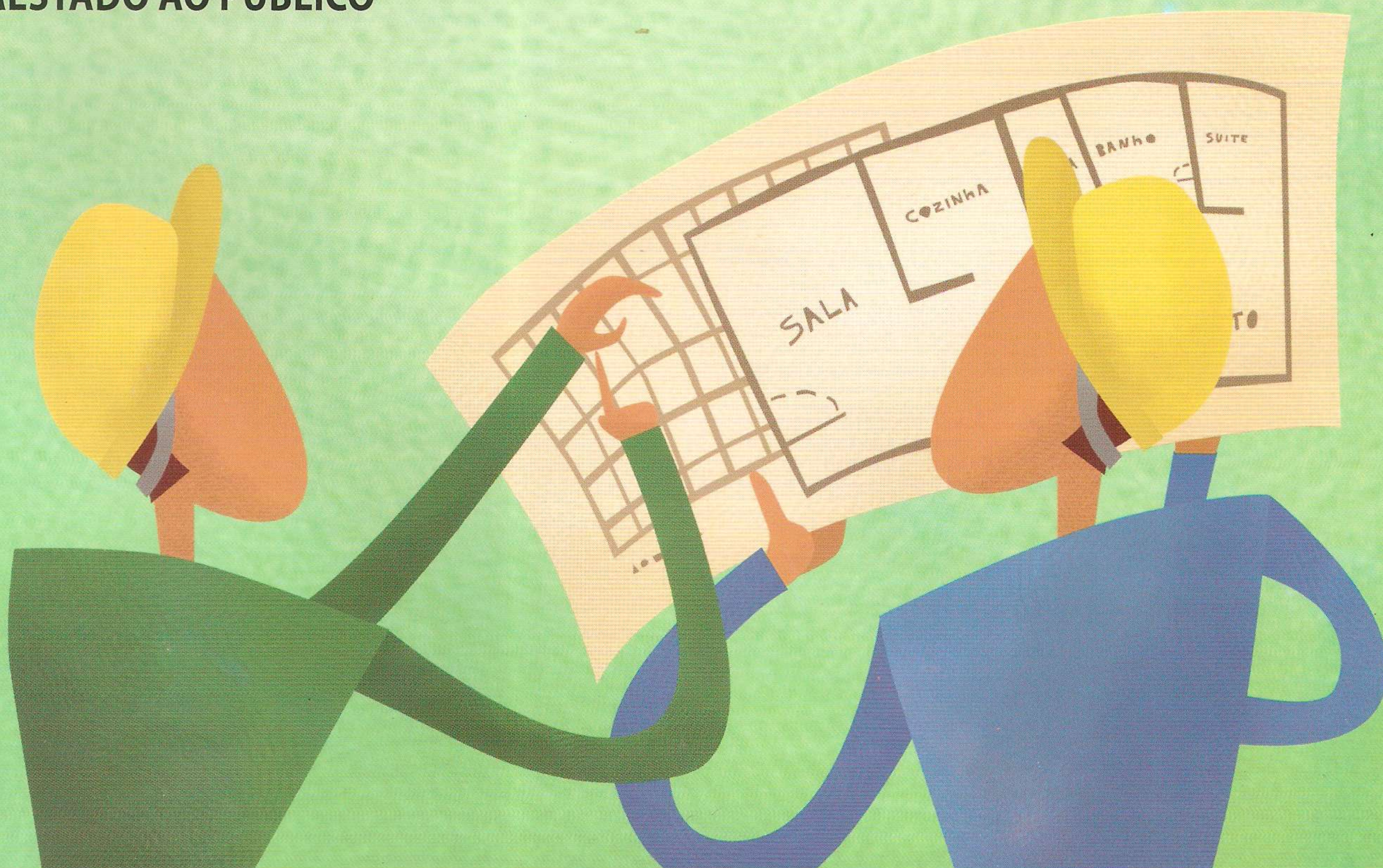
ajudes
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER
JUDICIÁRIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A Revista do Servidor Público



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

UMA FERRAMENTA PODEROSA PARA VERIFICAR
E MELHORAR A QUALIDADE DO SERVIÇO
PRESTADO AO PÚBLICO





Movimento popular cumpre tarefa do Estado

Por Simone Diniz

Mesmo sendo uma determinação da Constituição Federal a realização de uma auditoria da dívida externa, a tarefa é feita de forma voluntária e independente por um grupo liderado por Maria Lúcia Fattorelli. Trata-se da Auditoria Cidadã. O núcleo central está em Brasília, capital do país. O primeiro Estado a se organizar foi Minas Gerais.

É dessa forma que a nossa entrevistada, Maria Lúcia Fattorelli, auditora da Receita Federal durante 29 anos, hoje aposentada, define os resultados do trabalho voluntário de coordenação do movimento Auditoria Cidadã, que exerce desde 2001. A coordenadora foi uma das seis estrangeiras escolhidas para realizar uma auditoria na dívida pública do Equador, em 2007, que resultou na redução de 70% do gasto da dívida naquele país.

Na liderança do movimento popular, Maria Lúcia percorre o país informando sobre o problema e estimulando a sociedade a se reunir em núcleos regionais e fazer aquilo que, apesar de ser determinado na Constituição Federal como obrigação do Estado, este se omite e a sociedade precisa estar atenta e atuante.

No Espírito Santo, a dívida chegava a mais de R\$ 1,1 bilhão no final de 2012. Aplicando-se a previsão de inflação pelo IGP-DI para 2013 (4,81%), mais juros de 6% ao ano, verifica-se que os juros desta dívida serão de R\$ 130 milhões neste ano, o que



O fruto
mais importante
que colhemos
tem sido a
crescente
mobilização
social e a
percepção
acerca da
relevância do
endividamento,
gerando uma
conscientização
popular, além de
derrubarmos o
mito de que
este tema deveria
ser debatido
somente por
especialistas.



possibilitaria dobrar a destinação de recursos do Estado com Assistência Social, por exemplo.

Confira na entrevista como nasceu este movimento, a situação do Brasil e do Espírito Santo, as dificuldades do grupo, os impactos na sociedade e as saídas possíveis para que este cenário seja modificado.

RVP - A Auditoria Cidadã foi criada em 2001. Que cenário fez surgir este movimento? Como acontece este trabalho e quais são os frutos já colhidos com esta ação?

Fattorelli - As atividades da Auditoria Cidadã da Dívida se iniciaram logo após o grande Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro do ano 2000, organizado por diversas entidades da sociedade civil brasileira em 3.444 municípios do país. Uma das perguntas era relativa à auditoria da dívida, prevista na Constituição Federal de 1988 (artigo 26 do ADCT). Naquela ocasião, 6.030.329 cidadãos participaram do plebiscito, sendo que mais de 95% votaram NÃO à manutenção do acordo com o FMI; NÃO à continuidade do pa-

gamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal, e NÃO à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores.

Os resultados daquele plebiscito foram entregues ao Congresso Nacional e a representantes do Poder Executivo ainda no ano 2000. Decorridos seis meses, e não tendo havido nenhuma repercussão, as diversas entidades que lideraram a organização do plebiscito se reuniram em Brasília e decidiram iniciar um movimento social com esta bandeira, com o objetivo de aprofundar o debate com a sociedade e manter viva a luta pelo cumprimento da Constituição. Assim, em respeito à Constituição e ao voto dos milhões

de cidadãos que participaram do plebiscito, a Auditoria Cidadã da Dívida vem realizando, desde 2001, estudos, publicações e eventos, além de atividades para a mobilização de entidades da sociedade civil nacional e internacional.

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma entidade aberta à participação de todas as entidades e cidadãos preocupados com o agravamento dos problemas sociais, e que efetivamente desejam enfrentar o debate sobre o endividamento público, que impede que o nosso rico país garanta vida digna a todas as pessoas.

O fruto mais importante que colhemos tem sido a crescente mobilização social e a percepção acerca da

relevância do endividamento, gerando uma conscientização popular, além de derrubar o mito de que esse tema deveria ser debatido somente por especialistas. Dentre os efeitos, cabe destacar o impressionante resultado da auditoria oficial da dívida no Equador, da qual participamos ativamente, e que permitiu a anulação de 70% da dívida externa em títulos. Os recursos liberados têm sido investidos principalmente em saúde e educação. No Brasil, a Auditoria Cidadã teve importante protagonismo na instalação e nos trabalhos da CPI da Dívida na Câmara dos Deputados no Brasil, realizada de agosto de 2009 a maio de 2010.

RVP - Quais as principais dificuldades que o grupo enfrenta para realizar este trabalho?

Fattorelli - Depois de tantos anos de dedicação a este tema, chegamos a determinar que existe um verdadeiro “Sistema da Dívida” que atua em diversas partes do mundo. Esse sistema conta com privilégios legais, políticos, econômicos e também com a grande mídia. Não é fácil enfrentar esse sistema a partir de um movimento social. Um dos desafios, por exemplo, é a divulgação dos nossos trabalhos e descobertas, pois os grandes meios de comunicação e algumas autoridades tratam o endividamento público como algo inquestionável. As investigações têm demonstrado impressionantes equívocos e até ilegalidades e ilegitimidades. Apenas para dar alguns exemplos relacionados aos números, a divulgação do saldo da dívida e do efetivo peso dos juros para a sociedade tem sido realizada

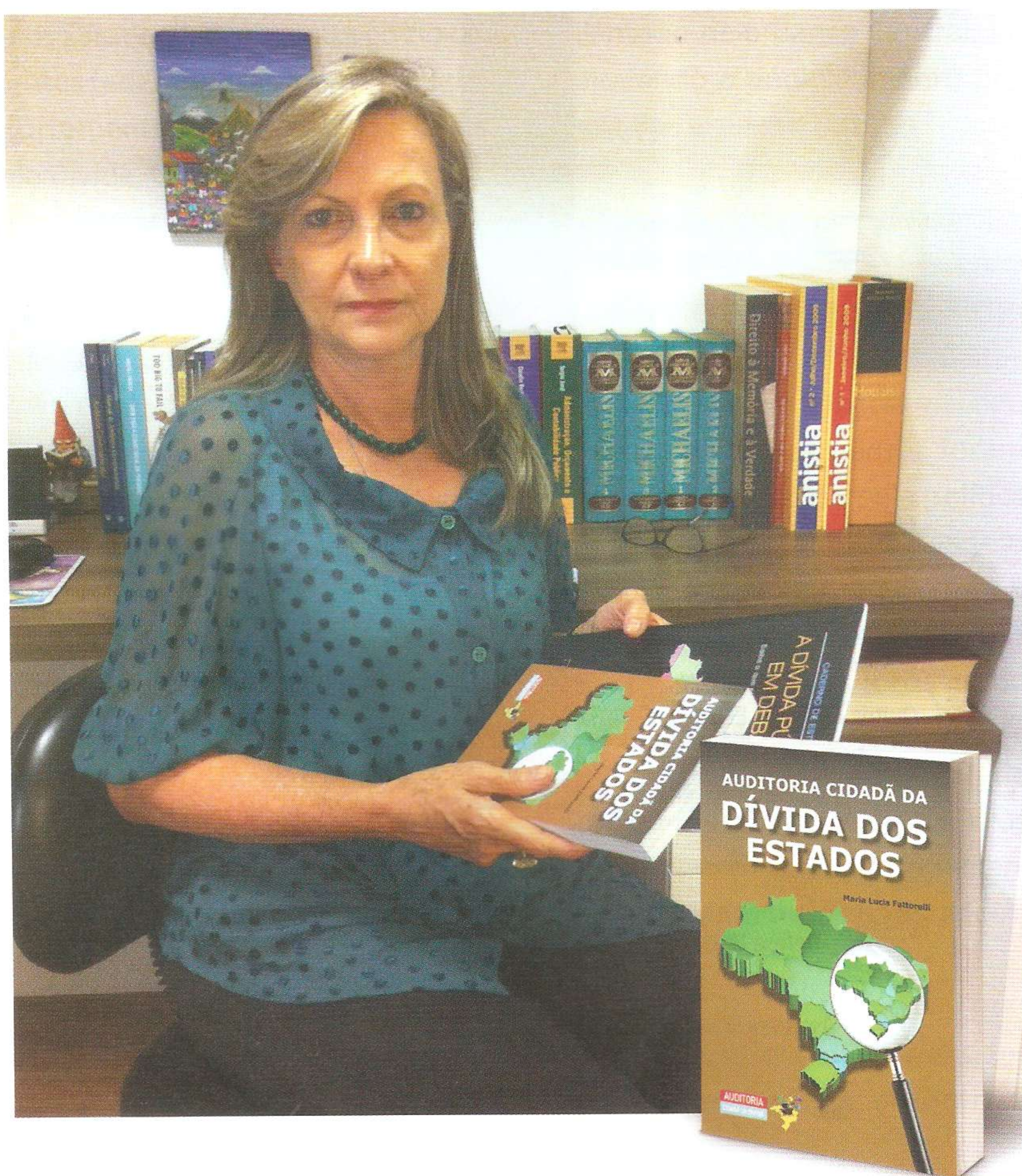


Foto: Arquivo RVP



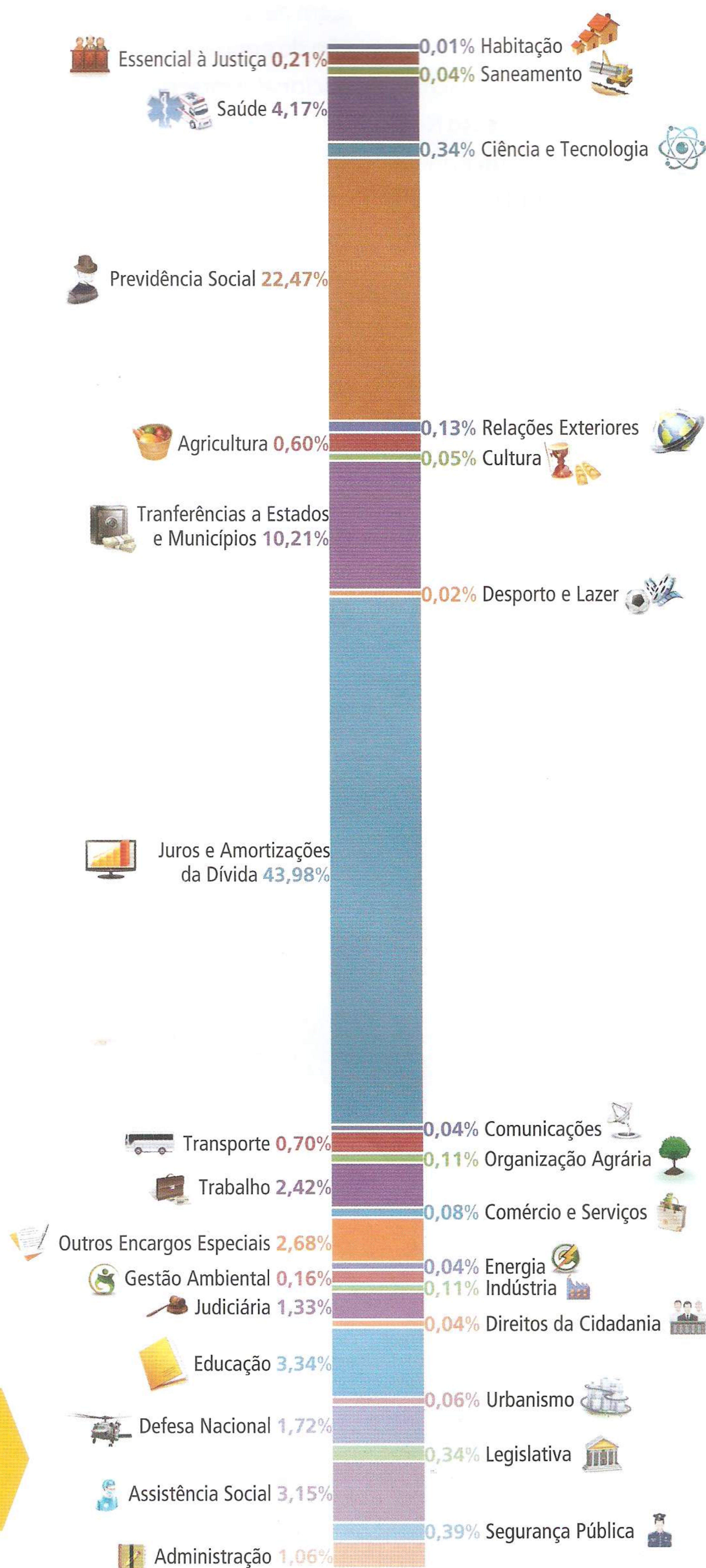
de forma distorcida, utilizando-se de manobras contábeis e estatísticas. Em geral, não divulgam o saldo bruto da dívida, mas a dívida “líquida”, deduzindo-se várias parcelas que aliviam o montante efetivo tanto da dívida externa como interna. Da mesma forma, os juros nominais que efetivamente pagamos não são divulgados, mas apenas uma parcela dos juros, o que dificulta a percepção do impacto do endividamento público para o país. Atualmente, os pagamentos de juros e amortizações da dívida consomem cerca da metade do orçamento federal, conforme mostra o gráfico abaixo, afetando todas as demais áreas sociais. O privilégio dos gastos com a dívida é um dos principais responsáveis pelo paradoxo brasileiro: somos ao mesmo tempo a 7ª potência mundial e um dos países mais injustos do mundo, com enorme fosso social, classificado em 85º lugar, segundo a ONU, no Índice de Desenvolvimento Humano.



Existe um verdadeiro “Sistema da Dívida” que atua em diversas partes do mundo

Fonte: Senado Federal – Sistema SIGA BRASIL – Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida
Nota: Inclui o “refinanciamento” da dívida, pois o Governo contabiliza dentro deste item grande parte do pagamento de juros.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO EXECUTADO EM 2012 – TOTAL = R\$ 1,712 TRILHÃO



* Gráfico modificado por RVP, com dados fiéis ao livro Auditoria Cidadã, de Maria Lúcia Fattorelli



RVP - Qual é a realidade brasileira? Como está o endividamento dos estados e municípios? Existe um ranking? E o Espírito Santo neste cenário, como está? Quais os municípios capixabas que lideram este ranking e o que está sendo feito para reverter esta situação?

Fattorelli - O tema da dívida dos estados foi objeto do recém lançado livro “Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados”, que mostra como os entes federados também têm sido fortemente afetados pelo Sistema da Dívida, tanto devido à escassez de recursos transferidos pela União, como mostra o gráfico acima, como pela reprodução do mesmo sistema em âmbito regional e local.

Nos últimos anos, a União tem destinado para o pagamento da dívida pública uma quantia equivalente a mais que o quádruplo de todas as transferências federais para os estados, Distrito Federal, e mais de cinco mil municípios brasileiros. Ou seja, há uma concentração das receitas tributárias na esfera federal, que acaba sendo destinada ao pagamento da dívida pública federal. Por sua vez, estados e municípios passam por sérias dificuldades para atender às demandas da sociedade, que efetivamente gera as receitas

tributárias e não recebe o devido retorno em bens e serviços.

O atual endividamento dos estados e municípios tem origem na década de 70, em processo não transparente, e se agravou na década de 80, quando a Lei nº 7.614/87 autorizou operações de crédito interno “à conta e risco do Tesouro Nacional”, mediante suprimento específico adiantado pelo Banco Central, incentivando o endividamento por parte dos entes federados.

Com esse incentivo ao endividamento, aliado à concentração tributária na esfera federal, diversos estados e municípios recorreram a créditos junto a instituições financeiras. Logo em seguida, esses valores foram fortemente afetados pela política monetária federal, pois desde o início dos anos 90 o Governo optou pela prática de elevadíssimas taxas de juros e elegeu os juros como praticamente o exclusivo instrumento para garantir a atração de capital externo. As taxas de juros chegaram a 46% ao ano, impactando fortemente todos os estados e municípios.

Quando o estoque das dívidas dos entes federados já se encontrava

inchada por essa sequência de fatores, a União passou a refinanciar tais dívidas (a partir de 1997, no caso dos estados, e a partir do ano 2000, no caso dos municípios), em condições que se revelaram extremamente onerosas, apesar da completa ausência de risco, devido à garantia vinculada ao Fundo de Participação. Os juros nominais aplicados corresponderam à atualização pelo IGP-DI mais juros reais de até 6 a 9% ao ano. Tais condições onerosas provocaram o crescimento dessas dívidas sem qualquer contrapartida, decorrente meramente da aplicação de juros sobre juros, o que é ilegal. Para se ter uma ideia do dano representado por tais condições, em 2010 os juros totais devidos pelo município de São Paulo à União alcançaram cerca de 20% ao ano. No mesmo ano, a União emprestou aos Estados Unidos a 0,25% ao ano.

No caso dos estados, a situação foi ainda mais grave, pois o passivo dos bancos estaduais que foram privatizados foi englobado ao montante refinanciado pela União, no processo denominado PROES - “Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária”, onerando brutalmente as finanças estaduais.

Nos últimos anos, tem se acelerado o endividamento de estados e municípios, que chegaram ao absurdo de assumirem dívidas com o Banco Mundial para pagar à União. Além do risco cambial, o Banco Mundial tem incentivado municípios a aderirem a planos de previdência de natureza privada, o que representa forte risco de transferência dos



papéis “podres” que provocaram a atual crise financeira internacional para o Brasil.

No caso do Estado do Espírito Santo, a dívida refinanciada pela União em 1998 foi de R\$ 387.308.867,45, mas a esta se somaram R\$ 260.364.014,56 referente ao PROES, totalizando R\$ 647.672.882,01. Apesar do rigoroso cumprimento das condições exigidas pela União, tal dívida atingiu R\$ 1,174 bilhão no final de 2012. Aplicando-se a previsão de inflação pelo IGP-DI para 2013 (4,81%) mais juros de 6% ao ano, verifica-se que os juros desta dívida serão de R\$ 130 milhões neste ano, o que possibilitaria dobrar a destinação de recursos do Estado para a Assistência Social, por exemplo.

RVP - Quais os impactos sociais que a dívida pública impõe aos estados e municípios?

Fattorelli - A subtração de recursos para o pagamento de dívidas construídas em processo eivado de irregularidades, aliada à reduzida transferência federal, têm impactado seriamente as finanças de estados e municípios brasileiros. Nas últimas décadas, diversas atribuições fundamentais, como saúde, educação, segurança, transporte, foram em grande parte transferidas às esferas estaduais e municipais, desacompanhadas do aumento proporcional dos recursos financeiros para o atendimento a essas demandas. Tanto o processo de renegociação de dívidas dos entes federados como sucessivos cortes em gastos sociais e impedimento à realização de investimentos públicos decorreram de exigências

impostas pelo FMI, o que também mostra a estreita relação do endividamento federal com políticas que impactam estados e municípios.

A sociedade brasileira tem se mostrado inconformada com a atual situação de escassez de serviços públicos, a despeito da pesada carga tributária que recai, principalmente, sobre trabalhadores e pobres. As recentes manifestações públicas revelaram as demandas do povo, que foi às ruas reclamar por seus direitos.

RVP - Qual é a saída? Que caminhos podem ser ou já foram traçados para mudar esse cenário?

Fattorelli - A saída é fazer os recursos de nosso rico país chegarem aonde devem chegar, isto é, à garantia de amplo acesso a serviços de qualidade, além da realização de investimentos voltados ao bem comum, com respeito às pessoas e ao meio ambiente. Não faltam recursos no Brasil; somos a 7ª potência mundial. Considerando que a dívida tem consumido a maior parte de nossos recursos e emperrado a nação, entendo que devemos começar por uma auditoria dessa dívida, cuja contrapartida sequer se justifica, pois decorre de mecanismos meramente financeiros, sem benefício em bens ou serviços ao país. Defendemos a realização de uma auditoria oficial da dívida, com a participação da sociedade civil, seguindo o exitoso exemplo do Equador.

RVP - Entre as muitas funções da Auditoria, há a de organizar publicações didáticas com o objetivo

de democratizar o conhecimento. Como é feito esse trabalho, quais setores são trabalhados? Há aceitação? As pessoas conseguem entender o problema? O trabalho de conscientização e informação é apresentado em todos os estados?

Fattorelli - De fato, produzimos diversas publicações didáticas, como o recente Caderno de Estudos “A Dívida Pública em Debate: saiba o que ela tem a ver com a sua vida”, entre várias outras disponíveis em nossa página www.auditoriacidada.org.br. Temos percorrido o país proferindo palestras e debates junto a organizações sociais, inclusive no Espírito Santo, e tem sido grande a aceitação do público para esse tema. Adicionalmente, temos incentivado a criação de núcleos regionais, que têm realizado um importante trabalho de divulgação e mobilização local direcionada à conscientização sobre o Sistema da Dívida. Por meio de panfletos, cartazes e faixas, os núcleos têm participado das recentes manifestações, com mensagens claras e didáticas, divulgando principalmente o gráfico do orçamento federal. Esse gráfico também teve, recentemente, milhares de compartilhamentos nas redes sociais, indicando que há uma grande procura por informação pela sociedade, no sentido de descobrir qual o caminho para efetivar as grandes demandas das ruas. E este caminho passa pela auditoria da dívida.

Convidamos as entidades do Espírito Santo a se juntarem a nós neste esforço, formando o Núcleo do Espírito Santo.